



Os historiadores e o poder público na instituição da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*

MAÍNE BARBOSA LOPES*

No final da década de 1930, alguns historiadores e demais interessados pela história argentina ocuparam-se em criar um órgão de proteção e conservação dos bens históricos e artísticos existentes no país. Organizaram ainda inúmeras ações para a divulgação desses monumentos, “onde se desenrolaram os episódios fundamentais da história” nacional e que então se encontravam submetidos a diversas jurisdições (COMISIÓN..., 1939: 5, tradução nossa)¹. Denominada *Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), a instituição foi criada por decreto do poder executivo em 28 de abril de 1938, como dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública.

Neste trabalho, buscamos primeiramente explorar quem eram os agentes que participaram da CNMMYLH, simbolicamente investidos de “capital específico” (BOURDIEU, 1996) para deliberar sobre a história nacional e eleger o seu patrimônio, abordando também os vínculos que estes mantinham com outras instituições da época. Discutimos ainda os possíveis interesses dos seus membros e do poder executivo na criação do organismo. Considerando que na Argentina o estudo do patrimônio cultural e dos museus é tema ainda pouco explorado e que há uma ausência de pesquisas especialmente no âmbito historiográfico (BLASCO, 2002), vale observar as indicações de Fonseca (2009) sobre a trajetória da política federal de preservação no Brasil, alertando para a importância do papel que exercem os intelectuais na construção dos patrimônios culturais, enquanto responsáveis pela seleção dos bens que são preservados e pela elaboração de uma representação da nação.

De acordo com o seu decreto de criação, era conveniente que a *Comisión* fosse “constituída por pessoas que tivessem se destacado no conhecimento e estudo da história pátria” (COMISIÓN..., 1939: 6). Em maio de 1938, os membros da CNMMYLH se reuniram para a sua primeira sessão, no próprio gabinete do Ministro de Justiça e Instrução Pública, Dr. Jorge Eduardo Coll. Durante essa reunião, ficou claro o objetivo do governo ao criar o organismo pela “necessidade de salvaguardar tudo aquilo que fosse representativo do passado argentino”.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista da CAPES.

¹ Quando citarmos trechos dos Boletins da *Comisión*, todas as traduções são nossas.



Segundo o Ministro, para preencher “tão alta e nobre função”, havia convocado “a um núcleo qualificado de cidadãos como os que se encontravam presentes, todos eles destacados por sua dedicação aos estudos históricos e expoentes da cultura nacional”. Assim, “o Governo colocava em suas mãos o cuidado do patrimônio moral da Nação, representado pelos tesouros de suas relíquias históricas, por seus monumentos” e declarava constituída a *Comisión* para a realização de suas tarefas (COMISIÓN..., 1939: 185).

A ata desta primeira sessão é, por certo, bastante significativa no que se refere ao papel depositado a seus membros e pela distinção a eles conferida. Na leitura das atas subsequentes é possível saber que os componentes do organismo, inclusive a escolha do presidente e vice-presidente, foram nomeações realizadas diretamente pelo Ministro da Instrução Pública e pelo Presidente da Nação², ainda que possam ter ocorrido indicações de nomes por parte dos próprios membros. Desse modo, a escolha dos integrantes da *Comisión*, baseada no reconhecimento de seu trabalho como historiadores, pode ser compreendida sob a lógica do capital simbólico. Conforme propôs Bourdieu (1996), o “capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (1996: 107). Sem dúvida, por estarem imbuídos de um capital específico, principalmente o cultural e o social, é que determinados agentes foram selecionados para a tarefa.

A sua produção ou atuação notável no âmbito da história e da preservação do patrimônio histórico seguramente foi uma das razões que levou o Presidente da Nação e o Ministro da Instrução Pública a confiar-lhes um importante cargo e a criar um organismo próprio para a atuação desses profissionais. Deve ficar claro que, se o poder executivo foi capaz de perceber estes estudiosos como detentores de um capital simbólico é porque compartilhava de seu conjunto de crenças, permitindo-lhe avaliar as suas condutas como honrosas³ (BOURDIEU, 1996). Além disso, a escolha dos profissionais adequados para a composição da nova instituição

² A ata de sessão do dia 30 de maio de 1938 atesta esta questão: nela, o presidente da *Comisión* relata aos demais membros que, devido às suas intensas atividades, Luis Mitre havia solicitado a sua renúncia do organismo. Porém, interpretando o desejo das autoridades da Nação e do corpo da *Comisión*, mudou sua opinião desde que continuasse apenas como um de seus porta-vozes e não como o vice-presidente (COMISIÓN..., 1939: 190).

³ Parece-nos importante salientar que, para Bourdieu (1996), o próprio Estado também é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital (capital de força física, capital econômico, capital cultural, simbólico), o que lhe torna detentor de uma espécie de *metacapital* e que lhe permite exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos de capital (1996: 99) – como exerceu ao autorizar a criação de um organismo voltado para o âmbito da história e da preservação do patrimônio nacional.



era algo que poderia beneficiar o governo de diferentes maneiras. Para esses estudiosos, entretanto, integrar a *Comisión* permitiria uma ampliação do seu capital simbólico e de seu universo de ações, sendo importante averiguar o grau de influência ou de pressão que foi exercida por estes historiadores junto ao governo para garantir a sua criação e participação nele.

Até que se sancionasse a lei de regulamentação da CNMMyLH, o decreto pelo qual ela foi criada garantia funções executivas ao organismo, para que exercesse um controle amplo sobre os sítios e edifícios históricos e sobre os museus já organizados. Determinava ainda que a *Comisión* fosse composta por dez porta-vozes honorários para um exercício de três anos nos cargos, podendo ser reeleitos (COMISIÓN..., 1939: 6). A maioria desses nomeados recebera formação na *Universidad de Buenos Aires*⁴ (UBA), sendo, predominantemente, oriundos do curso de Direito desta instituição. Alguns deles lecionavam tanto história como sociologia e direito nas principais universidades do país, outros eram numismáticos, colecionadores de objetos antigos e obras de arte e uma parcela desses membros também havia assumido cargos políticos, mas todos eles haviam realizado algum trabalho de caráter histórico e possuíam vínculos com diferentes instituições históricas ou culturais, com destaque para a sua massiva presença na *Academia Nacional de la Historia*.

Ricardo Levene (1885-1959), nomeado presidente da CNMMyLH, desempenhara um importante papel junto às faculdades de Direito e de Filosofia e Letras da UBA, bem como da Faculdade de Humanidades da *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP). Valendo-nos de alguns dados biográficos seus, verificamos que após se graduar como doutor em Jurisprudência e Leis pela UBA no ano de 1906⁵, Ricardo Levene foi professor de história no *Colegio Nacional Mariano Moreno* até 1928, alternando a atividade docente com as publicações na área da história e do direito. Por volta de 1911, já iniciara seu trabalho como professor universitário substituto na disciplina de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e, a partir dali, também passaria a atuar como professor na Universidade de La Plata.

⁴ Fundada em 1821, a Universidade de Buenos Aires passou por um longo processo de organização e estruturação, que durou quase todo o restante do século XIX. Entre os primeiros departamentos criados, estava o de Ciências Exatas, o de Medicina e o de Jurisprudência. O plano de se organizar uma instituição para o estudo das Humanidades em nível universitário foi concretizado somente em 1896, com a criação da *Facultad de Filosofía y Letras* (HALPERIN DONGHI, 1962).

⁵ Consultado em *Biblioteca Nacional de los Maestros*. http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/biblioteca_levене/biografia.php. Acesso em 28/07/2014.



Fora do âmbito acadêmico, Levene foi responsável pela criação de instituições histórico-culturais que tinham por intuito fomentar nos argentinos uma “consciência histórica” (RODRÍGUEZ, 2001). Presidiu a CNMMYLH entre 1938 e 1946, além de criar e dirigir a *Comisión Revisora de la Enseñaza de la Historia y Geografía Americana* e o *Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires* (em La Plata), este último graças aos vínculos que mantinha com J. J. Cantilo, então governador da província de Buenos Aires e membro da *Junta de Historia y Numismática Americana* (PAGANO e DEVOTO, 2009). Em 1938 consolidou a transformação da *Junta* em *Academia Nacional de la Historia* (ANH), presidindo-a ininterruptamente até a sua morte, em 1959.

Emilio Ravignani (1886-1954) – assim como Levene – fez parte da chamada *Nueva Escuela Histórica* (NEH), cujo trabalho marcou a profissionalização da disciplina histórica no país. Graduou-se em 1909, pela Faculdade de Direito da UBA, ano em que passou a exercer docência no *Instituto Superior de Profesorado Secundario*, ministrando a disciplina de História da América. Foi professor de História Constitucional Argentina na Universidade de la Plata e, em seguida, passou à trabalhar na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, novamente assumindo a disciplina de História da América. Filiado desde sua época de estudante à União Cívica Radical, foi subsecretário da Fazenda de Buenos Aires entre 1922 e 1927, assim como deputado do Congresso Nacional Argentino em três ocasiões (1936-1940, 1940-1943 y 1946-1950)⁶. Foi responsável pela publicação de séries de fontes documentais, pela preparação da *Historia de la Civilización Argentina* e pela defesa e propagação da “metodologia científica” (MYERS, 2004: 69). A *Sección de Historia* da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, criada em 1905 e transformada no *Instituto de Investigaciones Históricas* em 1921, também esteve sob a direção de Ravignani desde 1920 até 1947.

Luis Mitre (1869-1950), neto do historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre, realizou seus estudos no *Colegio Nacional de Buenos Aires*, do qual logo foi professor e secretário. Graduou-se em Direito pela UBA e foi fiscal de crime, fiscal federal e juiz de comércio. Renunciou à magistratura para administrar o jornal *La Nación*⁷ – foi seu diretor de 1909 a 1912 e de 1932 até sua morte em 1950⁸. Atuou ainda como diretor honorário do *Museo*

⁶ Consultado em <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/r/ravignani.htm>. Acesso em 11/06/2015.

⁷ Consultado em <http://www.museomitre.gob.ar/directores.htm>. Acesso realizado em 12/06/2015.

⁸ Retirado de: http://elpais.com/diario/1982/08/14/agenda/398124003_850215.html. Acesso em 11/06/2015.



Mitre, entre 1914 e 1948, além de ter sido designado membro da *Junta de Historia* em 1915. De um modo semelhante, Luis María Campos Urquiza (1873-1963) era neto do General Urquiza por parte de mãe (COMISIÓN..., 1941: 605) e também possuía formação em Direito pela UBA (ABÁSULO, 2008).

Ramón J. Cárcano (1860-1946), por sua vez, graduou-se em Direito pela Universidade de Córdoba, em 1879. Na década de 1880, foi o jovem autor da tese em que se atacavam as disposições discriminatórias da legislação contra pessoas nascidas de uniões contrárias à santidade do matrimônio, chamando a atenção dos grupos governantes do conservadorismo liberal (HALPERIN DONGHI, 1962: 128). No entanto, soube fazer deste desafio escandaloso o ponto de partida para uma exitosa carreira política. Foi eleito deputado nacional por sua província, em 1884 e 1910; eleito governador de Córdoba, em 1913 e 1925; nomeado Presidente do Conselho Nacional de Educação, em 1932; e autor de diversas obras de caráter jurídico e histórico⁹. Foi designado membro da *Junta-ANH* em 1901, atuando como seu presidente de 1919 a 1923 e de 1931 a 1935, sendo esta última uma sugestão de Levene, uma vez que ele representava “a continuidade dos novos perfis institucionais na tradição da Junta” (GIRBAL-BLACHA, 1995: 129). Integrou a CN até o seu falecimento, em junho de 1946.

Já Enrique Udaondo (1880-1962) parece não haver realizado estudos universitários. Como procedia de família abastada, no entanto, compartilhara das pautas culturais da alta sociedade portenha. Desde jovem relacionou-se com os colecionadores e estudiosos da história, pois seu tio, Enrique Peña, foi um dos fundadores da *Junta*. Escreveu sobre a história de San Fernando e também uma biografia sobre Juan Bautista Peña – destacando o trabalho cumprido por seus ascendentes espanhóis¹⁰. No marco dos preparativos para as celebrações do centenário

⁹ Entre elas: “El general Quiroga y la expedición al desierto” (1882), “Perfiles contemporáneos” (1885), “La universidad de Córdoba” (1892), “Historia de los medios de comunicación y transporte en la Argentina” (1893), “Estudios coloniales” (1895), “La reforma universitaria” (1901), “La raza Polled Durham Shorthorn” (1903), “La misión Mitre en el Brasil” (1913), “De Caseros al 11 de Septiembre” (1919), “Del sitio de Buenos Aires al Campo de Cepeda” (1921), “Juan Facundo Quiroga” (1931), “La Guerra del Paraguay, sus orígenes y sus causas”. Consultado em: http://www.anav.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=334:carcano-ramon-a-dr-cj&catid=43:de-numero-fallecidos&Itemid=69. Acesso em 19 de março de 2015.

¹⁰ Seu avô, Juan Bautista, foi governador provisório da província de Buenos Aires em 1854, ao passo que seu bisavô, Francisco de la Peña Fernández, teve atuação política no Vice-reino do Rio da Prata (BLASCO, 2011: 34). Em 1914, Udaondo publicava *Don Juan de Lezica y Torrezuri*, onde destacava o trabalho do “patriota cavaleiro”, membro destacado do Cabildo de Luján, e o recordava como o verdadeiro “pai” de Luján por ter tramitado a elevação do povoado à categoria de Vila. Nesse sentido, Blasco (2011) alerta para o fato de que Udaondo reconhecia [ao pé de página] possuir vínculo de parentesco com o personagem estudado, o que, em nosso ver, remete ao estilo de escrita da história não-profissional tão criticado pelos historiadores da NEH. A autora ainda ressalta que esse vínculo de



da independência da Argentina, iniciou a coleta de informação para elaborar um estudo sobre a origem das denominações das ruas e praças de Buenos Aires: uma espécie de dicionário de nomes de ruas com a correspondente explicação biográfica da personalidade ou do feito histórico (BLASCO, 2011). Em 1917, Udaondo participou como Comissionado Escolar da organização do *Museo Popular de las Conchas*, em Tigre, e, posteriormente, do *Museo Histórico e Colonial de Luján*, do qual foi diretor entre 1923 e 1962, ano de sua morte. Foi designado membro da *Junta de Historia* em 1922.

Rómulo Zabala (1888-1949), igualmente, parece que não possuía diploma universitário, mas escreveu alguns textos, como “Historia de la Pirámide de Mayo” e “Historia de la ciudad de Buenos Aires”, esta com Enrique de Gandía¹¹. Foi também um dos iniciadores da segunda época do *Instituto Bonairese de Numismática*, além de vice-diretor do *Museo Mitre* e vice-presidente da *Junta de Historia*, da qual foi designado membro em 1922. Quanto a Benjamín Villegas Basavilbaso era advogado, magistrado, alferes de navio e, nos anos 1930, representante das crescentes posições em prol da afirmação das vertentes nacionalistas do pensamento argentino (GIRBAL-BLACHA, 1995, p. 129). Nas conferências realizadas na *Junta* (da qual tornou-se membro em 1926), Villegas Basavilbaso foi quem mais se ocupou das primeiras décadas do século XIX, assim como do estudo das personalidades destacadas do passado argentino e que “adquiriram transcendência na formação da consciência nacional, tantas vezes proclamada nestes anos ‘30” (1995, p. 150).

Por fim, José Luis Busaniche [1892-1959], secretário da *Comisión* de 1939 em diante, também era santafesino. Estudou no *Colegio de la Inmaculada Concepción* daquela província e, posteriormente, obteve o título de advogado pela *Universidad Nacional del Litoral*, estando igualmente próximo – por vínculos familiares – de figuras destacadas da atividade política e cultural (COUDANNES, 2007). Publicou trabalhos sobre a história de Santa Fé (em especial, sobre Domingo Cullen) e foi nomeado membro da *Junta* em 1937.

parentesco entre Udaondo, Enrique Peña e entre o Interventor Nacional na província, José Luis Cantilo, propiciou estudos sobre as linhagens coloniais, reorientando as evocações coletivas locais nesse período (2011: 35-36).

¹¹ Em “Orígenes de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas”, por Dr. Enrique de Gandía. Consultado em http://www.ancmip.org.ar/muestradetalle.asp?rubro=54&tipo=1&desc_rubro=Historia#top. Acesso em 12/06/2015.



Alguns dos membros iniciais designados para a *Comisión* permaneceram menos tempo na instituição, como é o caso de Tomás Cullen¹² (falecido em 1940 e substituído por Nicolás A. Avellaneda), do colecionador e historiador Alejo B. González Garaño (designado diretor do *Museo Histórico Nacional*, em 1939, e substituído por Héctor C. Quesada) e do Cel. Félix Best (designado para outras funções pelo exército, em 1940, e substituído pelo Cel. Bartolomé. E. Gallo).

No que se refere à inclusão de um representante do exército na *Comisión*, vale notar que esta parece ter sido uma decisão do governo e não da instituição: na sessão de 4 de julho de 1938, Levene informou aos demais membros que o Poder Executivo havia resolvido nomear um novo membro para a *Comisión*, o Tenente Coronel Best, e, por esta razão, explicou que já havia retocado o projeto de lei de regulamentação da instituição, aumentando a dez o número de portavozes e suprimindo tudo o que se referia a representações de entidades determinadas dentro da *Comisión* (COMISIÓN..., 1939: 205). Infelizmente, o pré-projeto de lei da CNMMyLH não foi publicado nos boletins e, conseqüentemente, não podemos saber o que ele dizia acerca da participação de entidades [como o Exército] nela. Porém, a observação de Levene nos mostra que a inclusão de um militar na instituição recém criada foi determinada pelo governo e cumprida pelos seus membros. Quando o exército designou o Cel. Félix Best a uma nova função, no início de 1940, ele foi substituído por outro representante de mesma patente, o Coronel Bartolomé Ernesto Gallo, que atuou na *Comisión* de 1940 a 1943. Em 1944, o representante militar foi novamente substituído, sendo designado para o cargo o Coronel Aníbal S. Imbert (COMISIÓN..., 1941; 1942; 1943; 1944; 1945).

Considerando a formação escolar dos membros da *Comisión*, podemos constatar que quase todos eles possuíam título acadêmico e que predominara a escolha pela carreira de Direito, mesmo que muitos deles não tenham exercido a advocacia. É interessante observar também como a graduação em Direito permitia que estes estudiosos lecionassem diversas disciplinas, como história, sociologia e filosofia, prática que parece ter sido bastante comum naquele período e que

¹² Nascido em uma antiga família de fazendeiros e comerciantes santafesinos e de tradicional atuação política na província (COUDANNES, 2007). Coudannes (2007), estudou a relação dos historiadores com a elite santafesina em meados da década de 1930 e identificou que estes pertenciam a uma mesma elite comum, vinculada por laços de parentesco. Conforme mostra a autora, a produção historiográfica desses historiadores estava condicionada pela conjuntura histórica e tinha por intuito retratar uma boa imagem das personalidades locais, com as quais eles próprios mantinham vínculos de parentesco, reconstruindo assim também “o prestígio da rede de famílias no poder” (2007: 20). Tomás Cullen graduou-se em Direito pela UBA, instituição na qual também foi professor. Foi eleito deputado nacional e, 1914, foi nomeado Ministro da Justiça e Instrução Pública. Passou a integrar a ANH em 1938.



não se restringiu à Argentina¹³. Boa parte deles era proveniente de famílias destacadas, no âmbito econômico ou político. Vale lembrar que as universidades e seus institutos, nesse período, funcionavam como bastiões das elites tradicionais (ALTAMIRANO, 2010). Além de membros da elite argentina e/ou detentores de um diploma acadêmico¹⁴, os integrantes da CNMMyLH haviam desempenhado diversas funções vinculadas ao estudo e à divulgação da história: fator que justificaria a sua participação nesta instituição. Entretanto, cremos que apesar do seu notável desempenho profissional percebido pelo governo, as relações de trabalho previamente mantidas pelo grupo em outras instituições foram os fatores determinantes para a sua admissão no novo organismo.

A NEH, a ANH e outros espaços de atuação

Como vimos, os nomeados para a CNMMyLH interagiam já em diferentes instituições histórico-culturais. Alguns dos seus integrantes, como Levene e Ravignani, participaram do processo de renovação historiográfica e profissionalização do estudo da história no país, durante as primeiras décadas do século XX, chamada *Nueva Escuela Histórica* (NEH)¹⁵. Conforme diferentes autores (BUCHBINDER, 1996; DEVOTO, 2006; PAGANO e GALANTE, 2006; PRADO, 2001; PAGANO e DEVOTO, 2009), de uma atividade intelectual praticada mais ou menos livremente durante o século XIX, a história se transformou em uma disciplina profissional no início do século XX. Até esse momento, na América Latina, a produção histórica era realizada por uma rede de círculos privados e por intelectuais e historiadores que se vinculavam por laços de parentesco com os personagens estudados¹⁶. Já para os mentores da NEH, o documento (as

¹³ Ao estudar os debates travados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno da constituição da história como saber e do reconhecimento dos historiadores, Gomes (2012) mostrou que estes homens podiam ter formações bastante diferentes: eram praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas (como a filosofia, a língua pátria e a história), ainda que a carreira de Direito fosse o seu melhor celeiro.

¹⁴ Se tomarmos a formação acadêmica dos membros da *Comisión* como uma das razões pelas quais foram designados ao organismo, é importante considerarmos o que diz Bourdieu (2002) sobre a importância do diploma para o capital cultural, tendo este tanto valor quanto tem a moeda para o capital econômico. Segundo o autor, a objetivação operada pelo diploma confere autoridade a quem o possui e legitima a relação estabelecida entre diplomas e cargos (BOURDIEU, 2002).

¹⁵ O grupo originário da NEH estava conformado basicamente por Ravignani, Levene, Diego L. Molinari, Luis M. Torres e Rómulo Carbia (PAGANO e DEVOTO, 2009).

¹⁶ Buchbinder (1996) observa que, no século XIX, Mitre defendia o trabalho documental em seus estudos. Para escrever a “Historia de Belgrano”, por exemplo, se utilizou de 5000 documentos e, para a “Historia de San Martín”, 12000, mas poucos destes documentos eram de repositórios públicos. Os historiadores da segunda metade do XIX eram, então, “bibliófilos y coleccionistas” (1996: 61). Já López criticava Mitre porque se baseava em fontes oficiais,



fontes históricas, em geral, produzidas pelo Estado) e a crítica ao documento constituíam os elementos centrais na formação de uma historiografia nova (BUCHBINDER, 1996).

De um modo geral, as duas primeiras décadas do século XX trouxeram consigo uma abertura cultural e científica no âmbito universitário. Defendia-se tanto uma renovação metodológica em relação às práticas de pesquisa, que levou à criação de institutos de investigação na universidade – estatutariamente possíveis desde 1905 –, como também uma renovação nas orientações e conteúdos, que, no caso do departamento de história da UBA, foi marcado pela polêmica em torno aos historiadores sem formação especializada (HALPERIN DONGHI, 1962). Destes, recusavam-se não só os seus métodos, mas também as convicções políticas que os haviam guiado, pois a história exigia “a imparcialidade que permite ao historiador renovar sua imagem do passado” (1962: 124-125). Tal renovação teve representação tanto na UBA quanto na UNLP, onde se reivindicava uma metodologia mais “racional” e mais “científica”. Em 1909, Emilio Ravignani destacava duas premissas a partir das quais deveria reescrever-se a história argentina: a superação do “partidismo” [isto é, a exigência da imparcialidade] e a devida atenção à crítica documental, a ser presidida pelas tarefas de busca, coleta e edição de documentos. Diego Luis Molinari alertava no mesmo sentido e sublinhava a “errônea interpretação dos acontecimentos, falseada pela ignorância e pelo “partidismo” realizada pelos diletantes em história”, como Mitre, López e Groussac (PAGANO e DEVOTO, 2009: 146-147, tradução nossa). A nova versão do passado precisava corrigir essas insuficiências, primando pelo rigor metodológico.

Conforme os autores, se os recursos teóricos, conceituais e metodológicos propostos pela NEH para a realização da tarefa historiográfica podem ser considerados modestos, o apoio institucional no qual ela surgiu e expandiu-se era bastante eficaz. Segundo Prado (2001), as condições para a atuação e reconhecimento da NEH na historiografia argentina ficaram estabelecidas somente quando esse programa apareceu como uma fórmula adequada e atrativa para o governo, que passou a sustentar a profissão do historiador – através da investigação, das instituições que a garantem e dos meios de difusão e socialização desse conhecimento –, mas também levou a uma nacionalização do discurso histórico. Vale lembrar que naquele momento era candente o desejo de educar a população – em especial, os filhos de imigrantes, mas também

compreendidas como suspeitas. Para ele, a regra da história deveria ser a crítica do historiador e proveniente das grandes fontes da opinião pública.



os setores populares *criollos* – para transformá-los em patriotas e cidadãos, o que levou à difusão de uma determinada visão do passado nacional (CATTARUZZA, 2003: 107).

Os historiadores da NEH logo foram ocupando importantes cargos nas universidades de Buenos Aires, de La Plata e no *Instituto Nacional Superior del Profesorado*, mas também em outros meios institucionais, o que contribuiu para a visibilidade da escola histórica e gerou uma prolongada tradição historiográfica (PAGANO e DEVOTO, 2009). Em 1915, Levene foi designado membro de número da *Junta de História e Numismática Americana*¹⁷, instituição que se tornaria reconhecida como produtora do discurso científico sobre o passado (CATTARUZZA, 2003). Originalmente criada com a denominação de *Junta*, em 1896, e convertida na *Academia Nacional de la Historia*, em 1938, a entidade foi ampliando a sua participação em decisões dos poderes públicos que envolviam consultas referentes à história nacional, como parte de sua estratégia corporativa (GIRBAL-BLACHA, 1995). Desde a década de 1920, a *Junta*-ANH vinha estreitando relações com o governo, através do seu assessoramento em diversas atividades, como nomes para estabelecimentos educativos, ruas, estações de trens, homenagens, etc., e em contrapartida contava com o financiamento para suas atividades e publicações. O investimento recebido do governo nacional para a edição da *Historia de la Nación Argentina* em diversos tomos, por exemplo, marcou a realização de um projeto antigo dos membros (PAGANO e GALANTE, 2006).

O Conselho Nacional de Educação também era um organismo que solicitava, cada vez com mais assiduidade, a colaboração da corporação para conferir dados e dar a conhecer feitos do passado nacional. Considerando que o membro da *Junta*, Ramón Cárcano, assumiu a presidência do Conselho Nacional de Educação em 1932, tornam-se cada vez mais explícitos os laços entre o poder público e os historiadores desta entidade. Do mesmo modo o faziam outras repartições públicas, preocupadas com a preservação dos monumentos históricos. Essa colaboração era retribuída com um adequado respaldo financeiro oficial que permitia à *Junta* adquirir coleções de moedas, bibliotecas e realizar suas publicações (GIRBAL-BLACHA, 1995). Segundo a autora, o novo estatuto da entidade, de 1935, era um indicativo das novas responsabilidades e funções

¹⁷ A participação dos integrantes NEH na *Junta* foi bastante desigual: Luis M. Torres já havia ingressado em 1901, ao passo que Ravignani tornou-se membro somente em 1931 e Torre Revello em 1937. Carbia e Molinari, no entanto, nunca fizeram parte da entidade (PAGANO e DEVOTO, 2009).



assumidas pela corporação, como as subvenções recebidas, as publicações, as novas filiais e institutos de estudos a ela vinculados¹⁸.

Ao longo dos anos, a instituição adquiria cada vez mais respaldo do governo. Em 1936, começavam a surgir solicitações de colaboração e apoio em questões referentes ao patrimônio histórico do país: Miguel Cárcano – filho de Ramón Cárcano e que então ocupava o cargo de Ministro de Agricultura – propôs a reconstrução das ruínas históricas de San Ignacio (em Misiones), levando Levene, Zabala e Ravnigani a constituírem uma “comissão protetora de monumentos históricos”, com a contribuição técnico-financeira dos governos nacional, provinciais e municipais (1995: 137). A partir dos boletins da CNMMYLH, verificamos que seus membros também procuraram expressar os antecedentes da criação desta instituição, cuja iniciativa teria partido da própria *Junta*:

“Es un proyecto de significación, el del Ministro de Agricultura y académico de número doctor Miguel Ángel Cárcano, proponiendo que la Junta de Historia intervenga en la restauración de las Ruinas Jesuíticas de Misiones. De este pensamiento surge claramente la necesidad de prestar toda la atención a este pedido, como ya lo ha resuelto la Junta. Autorizado el Presidente a llevar adelante el propósito y después de un cambio de ideas con el autor doctor Cárcano y con los señores Zabala y Ravnigani, se constituirá una Comisión Protectora de Monumentos Históricos, reclamada por la opinión del país” (COMISIÓN..., 1941: 229).

Um pronunciamento da *Junta* de 1928 já apontava para mesma preocupação, sugerindo-se a elaboração de um catálogo com todos os monumentos da República¹⁹. Outra recomendação importante se deu durante o II Congresso de História da América, realizado em Buenos Aires em julho de 1937, quando se aprovaram importantes resoluções sobre a conservação de Monumentos Históricos e discutiu-se a necessidade ‘impostergável’ de inventariar o patrimônio histórico-artístico e obter a lei para a sua conservação (COMISIÓN..., 1939: 11). Nesse sentido, um esforço significativo de parte da *Junta* parece ter-se desenrolado em seguida, especialmente de seu presidente, Ricardo Levene. Conforme o próprio Levene, para a redação do projeto de criação

¹⁸ Por volta de 1935 em diante, as conexões da *Junta* com o poder político chegavam a esferas governamentais ainda mais altas. Em visita ao Rio de Janeiro, em 1936, Levene teve encontros até mesmo com Getúlio Vargas, fazendo-lhe chegar uma carta do presidente argentino Augustín P. Justo, que formulava declarações em favor da cultura e da paz em América (GIRBAL-BLACHA, 1995: 139), oriundo de um “pacto intelectual” assinado entre Brasil e Argentina sobre revisão do ensino e dos textos de grande projeção na formação da infância e da juventude.

¹⁹ A iniciativa repercutiu em instituições culturais, centros militares e defensores da “tradição argentina”, sendo que, para muitas instituições particulares, a *Junta* se tornou uma referência obrigatória para decidir sobre os lugares históricos do país (GIRBAL-BLACHA, 1995: 127).



da CNMMYLH foi levada em consideração a legislação estrangeira, como contribuição geral, mas alertava que esta não se adaptava às necessidades do país. Segundo ele, o ‘espírito’ deste projeto era eminentemente argentino. Seriam contemplados os problemas associados aos Monumentos Históricos e aos Museus Históricos, procurando-se harmonizar a ação conjunta dos governos nacional e provinciais para a conservação de seus lugares e recordações históricas (COMISIÓN..., 1939).

Com o convite para celebrar o II Congresso de História da América, celebrado em 1937, a *Junta* esperava adquirir mais prestígio e uma mais ampla inserção corporativa na esfera do poder político (GIRBAL-BLACHA, 1995). A própria comissão honorária do congresso era um símbolo de sua envergadura, sendo encabeçada pelo presidente da República, General Augustín P. Justo. Já a comissão organizadora do congresso era presidida por Ricardo Levene e contava com Emilio Ravignani e outros membros correspondentes da *Junta*. Entre os representantes argentinos que apresentaram trabalhos no II Congresso de História da América, encontramos vários integrantes da entidade que, em seguida, também seriam nomeados para a CNMMYLH: Emilio Ravignani (na seção de história política), José Torre Revello (na seção de história social e na de história artística), Padre Guillermo P. Furlong (história artística e história literária), Ismael Bucich Escobar (seção conceito e interpretação da história), Ricardo Levene (seção metodologia do ensino), arquiteto Mario Buschiazzo (história artística). Aparecia ainda o nome do Cel. Félix Best como apresentador na seção de história militar e naval, ao lado de outro general reconhecido, Juan Perón (1995: 156).

Em janeiro de 1938, a *Junta* celebrava sua primeira sessão como *Academia Nacional de la Historia* (ANH), no Museo Mitre. O decreto de criação explicitava os objetivos da mudança, sendo “conveniente a intensificação da cultura histórica e patriótica e a constante colaboração que [a Academia] pode prestar ao governo da nação” (GIRBAL-BLACHA, 1995: 140). Embora se mantivesse o trabalho editorial realizado pela antiga *Junta*, as pesquisas e publicações agora se orientariam para impulsionar a história nacional e regional. No discurso inaugural da *Academia*, Ricardo Levene enfatizou sobre as futuras funções da entidade, marcadas tanto pelas pesquisas originais e publicações de obras, periódicos e documentos, quanto pela intervenção na reforma do ensino da história americana e argentina e na organização de congressos. É nesse contexto de grande visibilidade e de fortes relações com o poder público que a corporação de historiadores garantiu a criação da CNMMYLH.



Examinando a composição da *Comisión* – entre o presidente, o secretário, o arquiteto e seus dez porta-vozes – durante o seu primeiro ano de funcionamento, verificamos que nove deles eram também membros da ANH. Nos anos seguintes e considerando as substituições de alguns integrantes da *Comisión*, nunca menos de sete pertenciam à *Academia*²⁰. Entre eles estavam: Ricardo Levene, Ramón Cárcano, Emilio Ravignani, Luis Mitre, Enrique Udaondo, Rómulo Zabala e Benjamín Basavilbaso. Tal constatação, assim, indica o predomínio de determinados historiadores naquela esfera de atuação e mostra a inegável influência da ANH na criação da *Comisión*, ainda que este empreendimento tenha se dado em associação com os interesses do governo nacional. Não somente a composição dos integrantes das duas instituições é semelhante, como precisamos lembrar que era Ricardo Levene quem presidia a *Academia* quando da criação da *Comisión*, acompanhado de Rómulo Zabala no cargo de vice-presidente e Enrique Udaondo como segundo vice-presidente (GIRBAL-BLACHA, 1995).

Pelas relações acima expostas, vemos que os profissionais da *Comisión* já mantinham entre si relações de trabalho, oriundas das universidades ou da *Junta-ANH*, e a partir desses meios também estabeleceram vínculos com o poder público. Por isso, ainda que fossem profissionais destacados “no conhecimento e estudo da história pátria” e detentores de capital cultural, acreditamos que a sua designação como membros honorários da *Comisión* tenha se dado principalmente pelas relações que possuíam e pelo lugar que ocupavam na ANH naquele momento, entidade então disposta a colaborar com o governo nacional.

Dos interesses do governo na CNMMyLH – a modo de conclusão

Ao ocuparem diversos cargos nas variadas instituições culturais e educativas da época, os historiadores adquiriam notoriedade e prestígio social, autoridade para deliberar sobre a história do país e garantiam os recursos para suas publicações e para o avanço da pesquisa histórica. Mediante os laços, cada vez mais estreitos com o governo, os membros da *Junta-Academia* também puderam colocar em marcha a criação da CNMMyLH – vale lembrar que foram eles próprios os responsáveis pela redação do projeto de lei que regulamentou a instituição. Contudo, sem o interesse, apoio financeiro e decreto do Estado, a instituição aqui estudada jamais teria se consolidado.

²⁰ Consultado em http://www.an-historia.org.ar/academicos_comp.php. Acesso em 22 de janeiro de 2015.



Tanto no governo radical quanto durante a restauração conservadora, distintas entidades foram fundadas para a difusão do conhecimento histórico. Organizaram-se comissões de lugares históricos, comissões para a definição dos “autênticos” atributos dos símbolos pátrios, comissões revisoras de textos, além de institutos de pesquisa, como o *Centro de estudos Históricos Argentinos* (em La Plata), o *Instituto Sanmartiniano* (criado em 1933), o *Instituto Juan Manuel de Rosas* e ainda havia o *Instituto de Investigaciones Históricas* da UBA, do qual Ravignani era diretor e que representara o principal marco da NEH (MYERS, 2004: 69-70). Em meio a essas entidades foram surgindo algumas polêmicas acerca das versões da história oficialmente aceitas, ainda que o que estivesse em jogo fosse a obtenção de recursos, o controle do acesso aos cargos nas diferentes instituições, a autoridade científica, etc. (CATTARUZZA, 2003). Dentre as instituições de pesquisa histórica existentes no período, a *Junta-Academia de la Historia* foi a que melhor garantiu o seu espaço e reconhecimento junto ao governo e, desse modo, “construyó la versión por largo tiempo inmutable de la Historia Argentina, versión que no solo cristalizó en medios académicos y universitarios, sino que [...] integró (e integra) el contenido de la manualística escolar” (PAGANO e GALANTE, 2006: 57).

Como já dissemos, a escolha de profissionais adequados para a composição da nova instituição era algo que poderia beneficiar o governo em diferentes situações. Nesse sentido, Pagano e Galante (2006) nos recordam que tanto o Estado quanto a corporação dos historiadores necessitavam de um discurso legitimador que dificilmente procederia do *Instituto de Investigaciones Históricas* ou da vertente revisionista²¹. Já a história escrita pela *Junta-ANH* não centrava sua crítica no regime político ou na dependência econômica do país, nem criticava as classes dirigentes que buscavam seus modelos no exterior [como fizera o Revisionismo Histórico]. Ao contrário, a *Academia* oferecia um relato integrador e de coesão social, no qual as origens da nação argentina remontavam à época da independência, o que incitava à continuidade

²¹ O Revisionismo Histórico, em geral, se colocava como contestatório ao governo surgido com o golpe de 1930. Além disso, a época de Rosas, valorizada por sua oposição ao domínio estrangeiro e sua defesa nos interesses nacionais, aparecia para esse grupo como um bom ponto de partida para reexaminar a história nacional e reconstruir o panteão de heróis nacionais (Rodríguez, 2001: 58). Quanto ao *Instituto de Investigaciones Históricas*, sediado na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, era dirigido por Emilio Ravignani, de conhecida militância radical.



do Estado nacional – mesmo num regime proveniente de um golpe que reconduzira o conservadorismo ao poder²².

Conforme Girbal-Blacha (1995), a partir dos anos 1930 a “questão nacional” foi novamente colocada à luz na ordem latino-americana e mundial. A Argentina concluía sua etapa de crescimento ao exterior em meio a uma crise de identidade, de legitimidade do poder político, de representação e de participação. Logo, se afirmaram instituições de corte nacionalista que pretendiam revisar a interpretação do passado nacional para promover uma revalorização histórica, entre as quais se encontrava a *Junta de História*. Segundo a autora, esta “questão nacional” em revisão desde princípios do século XX, se identificava agora com uma interpretação liberal e um nacionalismo que em ocasiões assumiu conotações reacionárias. Os próprios intelectuais da *Junta*, que desempenharam um papel fundamental na construção de mitos unificadores,

“pretendían y lograban inculcar esa cultura nacional, de modo mucho más explícito después del Centenario, al ponerse en evidencia los primeros síntomas de deterioro del “progreso” [...] y especialmente con una función imperativa de nacionalismo integrador después de la crisis de 1930” (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 129).

O contexto político-cultural exposto pela autora, assim, nos ajuda a explicar porque o governo sentia a “necessidade de salvaguardar tudo aquilo que fosse representativo do passado argentino” quando criou a CNMMYLH. O trabalho desenvolvido por seus membros atendiam aos interesses do Estado, na medida em que este assumia a tarefa de “criar cidadãos e patriotas”. Nesse empreendimento, a disciplina histórica, seu ensino e evocação pela via do ritual patriótico possuíam um papel fundamental (CATTARUZZA, 2003; 2007), ao contribuir para a divulgação de determinados momentos do passado. Daí que a escrita [oficial] da história e a instituição de um patrimônio reconhecido por todos se configurem em política nacional.

Referências Bibliográficas

ABÁSULO, Esequiel. Caracterización de los juristas argentinos de la primera mitad del siglo XX: La obra de Carlos Risso Domínguez y la validación de un modelo de análisis. *Revista de Historia del Derecho*, n. 36, p. 455-465, 2008.

²² De 1916 a 1930, o radicalismo deteve o poder na Argentina, procurando realizar alguns dos ideais que haviam lhe dado vida como partido popular. Outros movimentos políticos (alguns populares, outros reacionários), porém, se desenvolviam e, em 1930, um golpe conservador colocou fim ao período radical (ROMERO, 1975).



ALTAMIRANO, Carlos (director). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Los avatares de la “ciudad letrada” en siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, vol. II, 811 p.

BLASCO, María Élide. La fundación del museo colonial e histórico de la provincia de Buenos Aires. Cultura y política en Luján, 1918. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, tercera serie, n. 25, p. 89-119, 2002.

_____. *Un museo para la colonia*. El Museo Histórico y Colonial de Luján, 1918-1930. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996, pp. 91-135.

_____. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002, pp. 191-219.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp, 2004.

BUCHBINDER, Pablo. Vínculos privados, instituciones públicas y reglas profesionales en los orígenes en la historiografía argentina. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 13, primer semestre de 1996.

CATARUZZA, Alejandro. La historia y la ambigua profesión de historiador en la Argentina de entreguerras. In: CATARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003.

_____. *Los usos del pasado*. La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

COMISIÓN Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1939, n. 1.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1940, n. 2.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1941, n. 3.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1942, n. 4.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1943, n. 5.



_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1944, n. 6.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1945, n. 7.

COUDANNES, Mariela. Pasado, prestigio y relaciones familiares. Elite e historiadores en Santa Fe, Argentina. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*, n. 3, vol.13, p. 1-22, diciembre 2007.

DEVOTO, Fernando. "Los estudios históricos en la Facultad de Filosofía y Letras entre dos crisis institucionales". In: DEVOTO, Fernando (comp.). *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires: CEAL, 2006, p. 50-68.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1997].

GIRBAL DE BLACHA, Noemí. Renovación y proyección nacional e internacional de la Junta. Ricardo Levene (1927-1931/1934-1938) y la gestión Ramón J. Cárcano y Carlos Correa Luna (1931-1934). In: *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires, 1995, p. 123-167.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 172p.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia de la universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba/Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962, 227p.

MYERS, Jorge. Pasados en pugna: la difícil renovación del campo histórico argentino entre 1930-1955. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 67-106.

PAGANO, Nora; GALANTE, Miguel Angel. La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional. Del centenario a la década del 40. In: DEVOTO, Fernando (comp.). *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires: CEAL, 2006, p. 45-78.

PAGANO, Nora; DEVOTO, Fernando. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

PRADO, Gustavo H. La historiografía argentina del siglo XIX en la mirada de Rómulo Carbia y Ricardo Levene: problemas y circunstancias de la construcción de una tradición. 1907-1948. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 9-38.



RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo. El derrotero académico institucional de Ricardo Levene. In PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 39-65.

ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1975.